



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2014.0000325034**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0024804-87.2004.8.26.0003, da Comarca de São Paulo, em que é apelante/apelado JOÃO DE JESUS SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante SAMUEL FERRARI VIEIRA e Apelado SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A.

**ACORDAM**, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso do autor e deram provimento ao do réu. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA (Presidente sem voto), ARANTES THEODORO E PEDRO BACCARAT.

São Paulo, 29 de maio de 2014.

**Jayme Queiroz Lopes**  
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª CÂMARA

APELAÇÃO COM REVISÃO: N.º0024804-87.2004.8.26.0003

APTE/APDO: João de Jesus Silva

APDO/APTE: Samuel Ferrari Vieira

APELADO: Sul América Companhia Nacional de Seguros S/A

COMARCA: São Paulo- 1ª V. Cível (Proc. nº 0024804-87.2004.8.26.0003)

VOTO N.º 17938

EMENTA:

ACIDENTE DE TRÂNSITO - INDENIZAÇÃO - IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO E DA LIDE SECUNDÁRIA - PROVA PRODUZIDA QUE NÃO DÁ EMBASAMENTO AO PLEITO DO AUTOR - RECURSO QUE NÃO ENFRENTA OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA DE FORMA CONVINCENTE - IMPROCEDÊNCIA DA DENUNCIAÇÃO - NÃO RECONHECIMENTO - SENDO IMPROCEDENTE A AÇÃO É CASO DE TORNAR PREJUDICADA A DENUNCIAÇÃO, O QUE IMPLICA NA AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA RÉ PELO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

Apelação do autor improvida e recurso do réu provido.

Trata-se de apelações interpostas contra a sentença de fls.398/405, que julgou improcedente ação de indenização e a lide secundária, alvo de embargos de declaração que foram acolhidos. (fls.423)

Alega o autor, em síntese, que demonstrou a existência de culpa do apelado, sendo certo que sua bicicleta se encontrava dentro dos padrões estabelecidos por lei, equipamentos que se quebraram quando da colisão e queda; que o magistrado deu como verdadeira a velocidade do

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

apelado, amparando-se em simples afirmação do mesmo; que a sentença deve ser reformada.

Alega o réu, em síntese, que denunciou sua seguradora à lide, a qual aceitou a denunciação e contestou o feito; que são incabíveis os honorários advocatícios fixados em favor do patrono da denunciada.

Recursos tempestivos e respondidos (fls.429/432 e 452/456).

É o relatório.

O autor, na inicial, alegou que o réu foi culpado pelo acidente relatado, pleiteando indenização a título de danos materiais e morais.

O réu, em contestação, denunciou seguradora à lide e deu outra versão para os fatos, aduzindo que a culpa era do autor.

A seguradora aceitou a denunciação e alegou inexistir culpa do denunciante, razão pela qual a ação deveria ser julgada improcedente; que havia limitação da cobertura.

O laudo pericial de fls. 380/382 apurou a incapacidade do autor em 30%.

Constou da sentença que:

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

"O evento danoso descrito no bojo da petição inicial envolvendo as partes litigantes apresenta-se como uma relação jurídica estritamente civil na modalidade extracontratual, cuja responsabilidade civil, por seu turno, é subjetiva, o que implica dizer que o ônus da prova quanto ao fato constitutivo e a dinâmica do acidente incumbem ao autor, nos moldes do que preceitua o artigo 333, I, do C.P.C. (fls. 401).

.....  
A narrativa inicial e o termo de declarações do autor junto ao 16º D.P. (fls. 147) trazem a conclusão de que o autor trafegava pela Avenida do Cursino, no sentido centro-bairro, já que voltava de seu trabalho que se localizava na Avenida Paulista, e na altura do número 600, após verificar que o semáforo estava fechado para ambas as mãos de direção, iniciou a travessia daquela avenida para alcançar o outro lado, uma vez que se dirigia para sua residência localizada na Rua Durval Vilalva.

De acordo com o "croqui" elaborado pela polícia (fls.153) o número 600 da Avenida do Cursino se encontra praticamente de frente à Rua Durval Vilalva e do lado esquerdo em relação ao sentido que autor trafegava.

Outrossim, o próprio autor afirma que havia um ônibus parado no ponto de passageiros e por isso desviou seu itinerário para atrás do mesmo a fim de iniciar a travessia (que deu-se da direita para a esquerda), quando foi atingido pelo carro do réu que vinha na outra mão de direção, no sentido bairro-centro.

As testemunhas nada acrescentaram para elucidação dos fatos, apenas a testemunha do juízo (fls. 348/349), por sua vez, trouxe novo elemento à razoável compreensão dinâmica do evento danoso, dizendo que o réu atropelou o autor quando tentou ultrapassar, pela direita, outro automotor que vinha à sua frente.

Entretanto, em nenhum momento foi ventilado pelas partes que a tônica do acidente tenha se dado dessa forma, inclusive, nas próprias declarações policiais, que se realizaram logo após o acidente, vale dizer, quando os

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*fatos estavam bem presentes na memória dos protagonistas e terceiros próximos, o autor disse não ter avistado carro algum: "...olhou para os dois lados, e verificando que em ambos os lados não trafegava nenhum veículo, ao fazer a travessia, surgiu um veículo da marca Imp/Renault(...) que trafegava pela mesma avenida, sentido bairro/centro, vindo a colidir com a bicicleta que o declarante conduzia..." (fls. 147). Se o próprio autor afirmou inexistir veículo no sentido contrário ao que se encontrava, não há como acolher a tese trazida pela testemunha, que se mostra isolada e desprovida de outros elementos fáticos. Ademais, o "croqui" policial (fls. 149/153) reproduzido com base nas declarações dos litigantes, bem como nas de Raimunda Jesus de Oliveira, não descreveu qualquer ato de ultrapassagem que tenha resultado no acidente, de maneira que o depoimento de referida testemunha não deve ser levado em conta, pois não se coaduna com os demais elementos de prova existentes nos autos.*

*Igualmente, a alegação de que o réu dirigia seu veículo em alta velocidade por aquela via pública não restou demonstrado, como cabia ao autor como ônus, uma vez que a velocidade referida pelo próprio réu (fls.147-A) se coaduna com o disposto no artigo 61, § 1º, I, "b", do CTB, segundo o qual, a velocidade máxima nas vias urbanas arteriais é de sessenta quilômetros por hora, quando não haja diversa sinalização indicativa.*

*Pois bem, fixadas tais premissas, este juiz se convence de que o réu não atuou com culpa para a ocorrência do evento danoso, pois não violou qualquer dever de diligência ao conduzir seu veículo no local dos fatos. Foi, contudo, a conduta imprudente da vítima que, ao atravessar a avenida do Cursino, mudando sua trajetória e indo, pelo meio fio, da frente para a traseira do ônibus que encontrava-se parado no embarque de passageiros, dificultou, além da sua própria visibilidade, também a do réu que vinha na mão de direção contrária à do coletivo, de maneira que não é possível exigir-se, deste último, previsibilidade anormal ao ponto de prever que pessoas surjam por detrás de*

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*coletivos e queiram cruzar a frente dos carros que vêm em sentido contrário" (fls.402/404).*

Correta a decisão, tendo em vista que a prova produzida não dá mesmo embasamento ao pleito do autor, a quem incumbia a prova do alegado.

Anote-se, porque oportuno, que o recurso não enfrenta o quanto posto na sentença, no sentido de desconstituí-la, isto porque não ataca seus fundamentos de forma convincente.

Por outro lado, assiste razão ao réu, uma vez que, sendo improcedente a ação, não era caso de improcedência da denúncia, mas de torná-la prejudicada, o que implica na ausência de responsabilidade pelo pagamento de honorários.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso do autor e dou provimento ao apelo do réu.

**JAYME QUEIROZ LOPES**  
**RELATOR**